



ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DOS COMITÊS
QUE COMPÕEM A REDE DE GOVERNANÇA
COLABORAÇÃO – ORÇAMENTÁRIO E DE 1º
GRAU – ORÇAMENTÁRIO DO 2º GRAU –
ESTRATÉGICO DE PESSOAS – SAÚDE DE
MAGISTRADOS E SERVIDORES – ESTRATÉGICO
DE TI – ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL –
SEGURANÇA INSTITUCIONAL.

Aos dezessete dias do mês de junho de 2019, às dezesseis horas e trinta minutos, no Plenário da Seção Única e Câmara Única, neste Tribunal de Justiça, reuniram-se os membros dos Comitês: Orçamentário e de 1º Grau; Orçamentário do 2º Grau; Estratégico de Pessoas; Saúde de Magistrados e Servidores; Estratégico de TI, Estratégico Institucional e Segurança Institucional; o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador JOÃO LAGES; o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA CÉSAR DO VALE MADEIRA; os demais participantes constam na Lista de Frequência anexa. Foi declarada aberta a Ata da Reunião Conjunta dos Comitês pelo Juiz PAULO MADEIRA. Dada a palavra ao servidor da Assessoria de Planejamento, JOB DUARTE MORAIS, este começou explanando o apoio da Rede de Governança Colaborativa – Gestão Participativa, para a construção do Plano Plurianual – PPA / 2020-2023, a partir da coleta de subsídios fornecidos pelos Comitês participantes, para o planejamento de ações do Poder Judiciário estadual, que irão constar no PPA do GEA para os próximos quatro anos. Feito isso, foi apresentado todo o Ciclo Orçamentário envolvendo: 1 - Elaboração do PPA, constando os grandes objetivos, metas e ações; 2 - Lei de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Organização

Diretrizes Orçamentárias – LDO, com a priorização das ações, indicando também despesas de capital; 3 - Lei Orçamentária Anual – LOA, que autoriza a execução das despesas, e a Agenda para a elaboração do PPA, que vai ser efetivada por meio de reuniões com a Alta Gestão; Comitês e Departamentos; Apreciação do Pleno e entrega do PPA ao Executivo; a Consolidação Pelo Poder Executivo, no mês de julho; e até 31 de agosto, Mensagem do Governador ao Legislativo com o Projeto de Lei do PPA. Em seguida, foi feita a Avaliação dos Programas e Ações do TJAP (o que se tem) dentro do Eixo Outros Poderes, onde compõem três Unidades Orçamentárias, a saber: Tribunal de Justiça: Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude (FAJJI) e Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça (FMRJ). JOB MORAIS apresentou o quadro de como os Programas e Ações do TJAP se encontram dentro do quadro do Executivo, e apresentou, também, propostas de alteração em nomenclaturas de Programas e Ações. Com relação à unidade orçamentária 03101 – Tribunal de Justiça, foi aprovada alteração da nomenclatura do Programa 0052, onde Gerenciamento Administrativo passou para Gestão Judiciária e Administrativa. A respeito das ações do Programa, existem ações relacionadas à Escola Judicial, entre elas: Manutenção Administrativa – TJAP; Comunicação Social e Priorização do 1º Grau. Feito esses esclarecimentos, submeteu-se o tema à discussão, onde foi deliberada a inclusão das seguintes ações: - Prestação Jurisdicional do 2º Grau e Estruturação do Fundo de Registro Civil – FERC; alteração na ação Manutenção Administrativa, para Manutenção Administrativa Apoio TJAP. As mudanças ocorrerão também em virtude da necessidade de atualização no *modus operandi* ocorrida na própria legislação, no CNJ e no Tribunal, a partir da distribuição do orçamento no Primeiro Grau, Segundo Grau e no Administrativo. Tudo com o intuito de garantir a efetividade da Justiça na sua prestação jurisdicional. No aspecto vinculado a Público-Alvo do Programa, foi deliberado alteração: de “Unidades do TJAP” para “Sociedade”, e o objetivo do Programa foi alterado a fim de “garantir cidadania plena por meio de um sistema de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Organização

justiça integrado, ágil, efetivo e acessível”, adequando à missão do Tribunal. Neste sentido, a justificativa do Programa ficou assim definida: “Suprir o Poder Judiciário dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos e outros, facilitando o acesso à Justiça”. No respeitante ao Programa Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação, a ação “Renovação e Ampliação com TI”, nas unidades do TJAP, permaneceu sem alteração, o seu Público-Alvo foi alterado para Sociedade, bem como o seu objetivo ficou de acordo com a missão do Tribunal. Assim, a justificativa do programa é “Garantir infra-estrutura de TI, adequada à atuação de todos os procedimentos organizacionais, bem como, proporcionar a instituição e a população em geral um atendimento mais eficiente e eficaz”. Em ato contínuo, passou-se à deliberação sobre o programa “Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá”. O público-alvo e o objetivo do Programa são os mesmos dos Programas anteriores. A Justificativa do Programa é “Garantir a infraestrutura adequada ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, com objetivo de facilitar o acesso à justiça e à prestação jurisdicional”. Com o propósito de adequar às normativas relacionadas à divisão do orçamento em graus de jurisdição, foi aprovada a criação de mais duas ações: Construção, Reforma e Ampliação de Unidades do 1º grau; Priorização do Primeiro Grau e Construção, Reforma e Ampliação de Unidades do 2º Grau. Para efetivar adequação à Divisão de Orçamento em graus de jurisdição, foi alterada a ação já existente no “Programa de Ampliação e Melhoria do Espaço Físico” para “Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Administrativas”. Posto à discussão a Unidade Orçamentária 03302 – Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude, Programa Proteção Social Básica, não houve alteração para este programa, permanecendo o público-alvo: “Crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social”. Objetivo do Programa: Prover de recursos financeiros os projetos e programas que envolvam interesses da área da Infância e da Juventude das Comarcas do Estado do Amapá, bem como a ação: Apoio aos Juizados da Infância e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Organização

da Juventude – FAJJ. Em seguida, foi deliberado que a Unidade Orçamentária 03301 – Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça – FMRJ, não sofrerá alteração, permanecendo como público-alvo “Unidades do TJAP”. Objetivo do Programa, “Promover o Fortalecimento do Poder Judiciário do Estado do Amapá, mediante administração de suas receitas extra-orçamentárias, objetivando destiná-las ao reaparelhamento dos órgãos da Justiça Estadual e respectivas manutenções”. A ação relativa ao Programa “Manutenção e Reparelhamento do Tribunal de Justiça/AP com recursos do Fundo”. No prosseguimento, foi apresentado o quadro das Despesas Estimativas da Justiça do Amapá, de 2020 até 2023, cujos valores alcançaram os seguintes montantes: 2020 – R\$ 397.045.743,00; 2021 – R\$ 432.670.201,00; 2022 – R\$ 481.772.388,00; 2023 – R\$ 541.947.510,00. No 5º e 6º itens da agenda, os participantes responderam as perguntas - brainstorms - vinculadas às prováveis despesas – com **Pessoal**: Aumentará o número de Desembargadores? Concurso para Magistrados será realizado? Cargos de Magistrados serão providos? Concurso para Servidores será realizado? Cargos de Servidores serão providos? Concurso para Cartorários Extra-Judiciais será realizado? Haverá criação de Cargos e/ou Funções, Auxílios e/ou Gratificações ou alteração na estrutura da carreira de Magistrados? Haverá criação de Cargos e/ou Funções, Auxílios e/ou Gratificações ou alteração na estrutura da carreira de Servidores? Existe previsão de elevação de Teto Constitucional? Existe previsão de Aumento Real de Subsídios de Magistrados? Existe previsão de provimento de datas-bases de Servidor? Existe previsão de Aumento Real de Salário de Servidores? Planos de Aposentadoria Incentivada para Magistrados e Servidores serão formulados? Plano de Cargos e Salários de Servidores (PCS) será revisto? Será adotada Política de Terceirização para cargos técnicos especializados? Quantas, quais e em que intensidade Decisões em processos judiciais impactarão o Orçamento futuro do Poder Judiciário? Quais são as dívidas fundadas e seus impactos orçamentários/financeiros? Existe algum retroativo a ser pago à Magistrados? Existe



algum retroativo a ser pago à Servidores? Cargos de Cartorários Extra-Judiciais serão providos? - **Despesas com Infraestrutura Física:** Unidades Judiciárias serão construídas? Unidades Judiciárias serão reformadas? Unidades Administrativas serão construídas? Unidades Administrativas serão reformadas? Imóveis serão alugados, adquiridos ou trocados? - **Despesas significativas com Material Permanente:** Veículos de Representação serão adquiridos ou alugados? Veículos de Serviço serão adquiridos ou alugados? Ônibus Adaptado para Justiça Itinerante Terrestre será adquirido ou alugado? Embarcação Adaptada para Justiça Itinerante Fluvial será Adquirida ou Alugada? Lanchas de pequeno porte serão adquiridas ou alugadas? Subestações (transformadores) serão adquiridas? Grupo Geradores serão adquiridos? Nobreaks de Grande Porte serão adquiridos? Elevadores serão adquiridos? Mobiliários em geral serão adquiridos? Eletroeletrônicos em geral serão adquiridos? - **Despesas significativas com TIC:** O PJE será hospedado no CNJ ou no TJAP? O Tucujuris será descontinuado, e em quanto tempo isso ocorrerá? Novas aplicações para a ÁREA FINALÍSTICA serão desenvolvidas? Novas aplicações para a ÁREA FINALÍSTICA serão adquiridas ou oriundas de outros tribunais? Novas aplicações para a ÁREA MEIO serão desenvolvidas? Novas aplicações para a ÁREA MEIO serão adquiridas ou oriundas de outros tribunais? A Gravação de áudio e vídeo de audiências presenciais serão ampliadas? O Serviço de Videoaudiência com Gravação de áudio e vídeo de audiências remotas será ampliado? Novos serviços de TIC serão implementados? Todas as proposições relativas à tecnologia da informação foram aprovadas, em decorrência da implementação do PJE. Foram realizadas considerações a respeito da necessidade de investimentos na infraestrutura das comarcas. Outro destaque foi a **inclusão da correção do PAE**. Dentro destas questões, o TJAP deve implementar nos próximos anos o seu PPA em discussão, cujas respostas estão nos anexos desta Ata. Ao final, JOB MORAIS apresentou a composição do PPA, informando que a minuta será



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Organização

encaminhada aos membros de cada Comitê para sugestões e, em seguida, deverá encaminhado ao Pleno para aprovação.

II – ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Macapá-AP, 17 de junho de 2019.

Juiz Auxiliar da Presidência Paulo César do Vale Madeira
Presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do
Primeiro Grau